



Carta do Progressistas ao Piauí

No último dia 07 de outubro, o Piauí escolheu democraticamente o **Time do Povo** para comandar os destinos do estado nos próximos quatro anos.

Com desprendimento e compromisso com o povo do Piauí, somos aliados de primeira hora do Governador Wellington Dias, e reiteramos nosso compromisso com o sucesso de sua administração que significará maior qualidade de vida para a população piauiense.

Nossa postura não poderia ser diferente, pois a generosidade do povo piauiense com o **Time do Povo** também consagrou nas urnas a reeleição de nosso Senador Ciro Nogueira e ainda ampliou nossas bancadas na Câmara Federal e na Assembleia Legislativa.

Os números da vitória não deixam dúvidas sobre a magnitude da responsabilidade que pesa sobre os ombros de todos os eleitos.

E é a consciência desta responsabilidade que, nesses tempos de crise econômica e política, nos traz a clareza de que há mudanças importantes a serem implementadas na gestão estadual. E, somente tais mudanças, viabilizarão alcançar a meta de continuar elevando o patamar do Índice de Desenvolvimento Humano de nosso Piauí.

Assim, cabe a todos os agentes públicos, em especial nosso Governador Wellington Dias, liderar uma reflexão sobre os destinos da administração estadual.

Nesta Carta, o Progressistas reforça sua visão de um estado mais igual, em que o valor do trabalho seja o principal norte das ações públicas, que tornarão realidade o objetivo de construir um Piauí para todos os piauienses.

De início, para que esta tarefa seja concretizada, é imperativo que o Governador Wellington Dias patrocine amplo diálogo com os presidentes do Legislativo e do Judiciário, com os membros do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado para que, num esforço conjunto com o Executivo, sejam implementadas ações concretas para eliminar privilégios e reduzir despesas, de modo que toda a administração pública estadual se adeque à realidade das receitas do Piauí.

Além disso, é também essencial que, neste novo mandato, todos os setores da administração estadual estreitem e aprofundem o diálogo com as gestões municipais por todo o território piauiense.

A legitimidade de que são portadores os Prefeitos tem de ser reconhecida por ações concretas de governo, que contemplem e façam face às demandas da população de cada município, a partir das prioridades estabelecidas por seus gestores locais.

Nesta conjuntura de crise e incertezas sobre o futuro do país, é a convicção do Progressistas quanto aos princípios do trabalho, da democracia e da igualdade de oportunidades que nos leva à proposição de mudanças na administração estadual, que estão delineadas em 5 grandes eixos de ações prioritárias para o ano de 2019.

Reputamos que tais ações são vitais para que o desejo e confiança expressos pelo povo piauiense nas urnas, se tornem realidade cotidiana das ações de governo:

1. Resolução do déficit crônico da previdência estadual:

A situação de déficit previdenciário é o maior problema da administração estadual.

Além disso, tornou-se igualmente o principal fator impeditivo de qualquer ação governamental direcionada à ampliação dos investimentos econômicos e sociais, no curto e médio prazo.

Somente em 2018, o déficit projetado ultrapassa o valor de R\$ 1,3 bilhão, ou seja, o déficit mensal é de mais de R\$ 110 milhões. Isto significa que sem a solução do problema, os investimentos estaduais já estão e vão permanecer em níveis absolutamente insuficientes para o atendimento das demandas da população.

Para que tenha uma ideia ainda mais clara da gravidade da situação, em levantamento realizado pelo jornal Folha de São Paulo, que analisou os relatórios fiscais dos 26 estados e do Distrito Federal, constatou-se que o Piauí gasta mais em Previdência do que em educação. Para cada R\$ 100 reais investidos em educação, são aplicados cerca de R\$ 131 no sistema previdenciário.

É fundamental que haja uma solução duradoura para o problema, sob pena de inviabilizarmos o futuro do Estado e de nossa população.

2. Reestruturação da organização administrativa do Executivo:

Atualmente a estrutura do governo do Estado possui mais de 60 diferentes órgãos na administração direta e indireta, e não são raros os casos em que se verificam sobreposições de função, além de órgãos que executam ações alheias às suas atribuições específicas e essenciais.

Para que as ações de governo possam ser mais eficazes, o Estado precisa de uma nova organização administrativa da gestão baseada nas seguintes diretrizes:

- a. Redução do número de órgãos da administração direta e indireta, sem prejuízo de ações sociais e investimentos prioritários;
- b. Redução do número de órgãos estaduais que atuam na área de infraestrutura e investimentos prioritários;
- c. Eliminação de todas as sobreposições de função existentes hoje no âmbito da administração pública estadual;
- d. Definição clara e inequívoca de atribuições e competências dos órgãos da nova estrutura de governo;
- e. Racionalização do quantitativo e valores de cargos e funções gratificadas no âmbito do Poder Executivo;
- f. Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle orçamentário e financeiro do Estado;
- g. Aperfeiçoamento dos mecanismos administrativos de autorização de licitações e investimentos.

3. Implantação de nova política de recursos humanos:

Para que haja sucesso na implementação de uma nova estrutura organizacional do Executivo estadual, é necessário o planejamento cuidadoso da política de recursos humanos no âmbito do Poder Executivo.

Em função das demandas das áreas sociais e de infraestrutura continuarão a se abrir novas oportunidades de concurso público, mas ao mesmo tempo, a tecnologia da informação poderá oferecer oportunidades de melhoria dos serviços sem ampliação de servidores das áreas meio da administração. Para enfrentar este desafio propomos as seguintes ações:

- a. Fim de todas as disposições de servidores estaduais a outros órgãos públicos, notadamente policiais militares e civis, professores e médicos;
- b. Estudo do número de servidores aptos à aposentadoria nos próximos anos 10 anos;
- c. Análise do impacto orçamentário e financeiro de todos os planos de cargo e carreira dos servidores estaduais para adequação à capacidade fiscal do Tesouro Estadual;
- d. Recadastramento dos servidores estaduais;
- e. Análise das mudanças de perfil demográfico da população no mesmo período, para o correto dimensionamento da necessidade de servidores nas áreas sociais do governo;
- f. Elaboração do planejamento de concursos públicos para o próximo quadriênio;

- g.** Fortalecimento da política de qualificação, requalificação e treinamento em serviço dos servidores estaduais;
- h.** Definição das prioridades de investimento do Estado em tecnologias da informação que possam melhorar a qualidade, transparência e eficácia dos serviços públicos estaduais.

4. Implantação de plano de racionalização das despesas de custeio:

As despesas de custeio, pelas dimensões do Piauí, sempre tendem a crescer, certamente reduzindo a disponibilidade de recursos para investimento.

Neste sentido, a implantação de controles globais e metodologias de acompanhamento permanente dessas despesas representam ganhos de eficiência na atuação das áreas meio, resultando indiretamente na ampliação e melhoria da qualidade de serviços nas áreas fim da administração.

Para aumentar a eficiência dos gastos de custeio propomos:

- a.** Análise e revisão de todos os contratos de locação de imóveis e veículos dos órgãos da administração estadual;
- b.** Análise e revisão dos contratos de terceirização de mão de obra;
- c.** Implantação da metodologia de controle matricial de despesas de custeio visando criar parâmetros de comparação de despesas de custeio entre os órgãos estaduais.

5. Definição de prioridades para o plano de desenvolvimento econômico do Estado:

Sem o aumento do emprego e da renda, todos os esforços de racionalização da máquina pública e os ganhos de eficiência e eficácia que se possa derivar das ações nesta área serão insuficientes. Somente o desenvolvimento sustentável gera riqueza e oportunidades para a população.

Assim, é fundamental que o Piauí avance no sentido da construção de um ambiente de negócios mais favorável no Estado, definindo e propondo o conjunto de legislações que, uma vez modernizado, pode facilitar a atração de negócio e investimentos privados.

Além disso, do ponto de vista da infraestrutura propomos a seguinte lista de investimentos prioritários, que vão garantir as condições de investimento público e privado para a geração de emprego e renda da população, bem como aumento da receita tributária do Estado.



Esta lista deve constituir-se em diretriz emergencial dos pleitos do Piauí junto ao Governo Federal, com recursos do orçamento geral da União

- i. Conclusão da Transnordestina;**
- ii. Conclusão da Transcerrado;**
- iii. Duplicação das BRs 343 e 316, nos trechos até Campo Maior e Demerval Lobão;**
- iv. Construção do Rodoanel Teresina – Timon;**
- v. Investimento na reforma do atual sítio aeroportuário de Teresina e elaboração dos estudos de viabilidade e localização do novo aeroporto de Teresina;**
- vi. Construção do Centro de Eventos da cidade de Teresina;**
- vii. Conclusão da Adutora do Litoral;**
- viii. Elaboração e implementação de um plano de saneamento ambiental das praias do litoral piauiense.**

Dep. Júlio Ferraz Arcoverde
Progressistas – Presidente Diretório Estadual-PI

Sen. Ciro Nogueira Lima Filho
Progressistas – Presidente Nacional

